



Mulheres em Luta: Vozes e Resistências no Pós-Independência de Angola e Moçambique¹

Vera Fátima Gasparetto²

Veronika Leyes Decker³

Joana Maria Pedro⁴

RESUMO

O artigo analisa aspectos da participação política das mulheres em Angola e Moçambique no contexto pós-independência, com base em levantamento documental e legislativo, entrevistas com as ativistas feministas Maria Luísa Garcia (Tchenguita), de Angola, e com Nzira de Deus (Moçambique) e em reflexões decorrentes de pesquisas sobre a história e os feminismos nos dois contextos. A partir de uma abordagem histórica evidenciam-se as resistências, os espaços de poder, os apagamentos e as conquistas realizadas pelas mulheres nos dois países. O estudo articula diferentes fontes, como relatos orais, documentos institucionais e produções acadêmicas, valorizando tanto as trajetórias individuais quanto os processos coletivos de organização política das mulheres. Discute ainda o papel de organizações como OMA, OMM, Ondjango Feminista e Fórum Mulher na formulação de políticas para a igualdade de gênero e na produção de novas narrativas sobre participação, memória e justiça nos dois contextos. Ao analisar aproximações e tensões entre Angola e Moçambique, o artigo contribui para o debate sobre os feminismos africanos, a luta por representação e a reconstrução dos sentidos de liberdade a partir do Sul Global.

Palavras-chave: Feminismos africanos; Angola; Moçambique; Pós-independência; Participação política.

¹ Pesquisa financiada pelo Programa Pós Doutorado Júnior do CNPq e pelo Programa PIBIC CNPq.

² Vera Fátima Gasparetto, Pesquisadora de Pós-Doutorado Júnior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH) e no Instituto de Estudos de Gênero (IEG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: gasparettovera@gmail.com.

³ Veronika Leyes, Graduanda em História, Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: veronika.leyes@ufsc.br.

⁴ Joana Maria Pedro, Doutora em História, Professora do Departamento de História, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil. E-mail: joana.maria.pedro@ufsc.br.



Introdução

Angola e Moçambique completam cinquenta anos de independência no ano de 2025. Este marco temporal convida à reflexão crítica sobre os projetos de construção nacional desenvolvidos ao longo dessas décadas e sobre as memórias em torno da luta anticolonial. Embora os processos de libertação tenham mobilizado amplos setores da sociedade, a participação das mulheres foi historicamente invisibilizada pelas narrativas oficiais, que privilegiaram os grandes líderes masculinos e apagaram as múltiplas formas de resistência e atuação feminina, tanto nos combates quanto na organização política e comunitária.

Levando em conta esses contextos, este artigo busca traçar aproximações entre as trajetórias de mulheres em Angola e Moçambique no período pós-independência⁵, com foco nas resistências construídas nos espaços institucionais e extra-institucionais. A pesquisa articula entrevistas, fontes documentais e análise bibliográfica, a partir de uma metodologia de cariz feminista decolônia e interdisciplinar. Dentro desse campo, aportamos ainda uma abordagem histórica para contextualizar os processos políticos, sociais e culturais que moldaram as trajetórias das mulheres nos dois países, desde o período colonial até os dias atuais. Optamos por traçar paralelos e contrastes entre as experiências angolanas e moçambicanas, evidenciando tanto as particularidades quanto os elementos comuns que atravessam a luta das mulheres por direitos e reconhecimento⁶.

A pesquisa bibliográfica também desempenhou um papel central na construção do referencial teórico e na análise dos dados coletados. O referencial teórico é construído com base nos feminismos africanos, dialogando com autoras africanas/moçambicanas/angolanas e com produções críticas que discutem gênero,

⁵ A escolha do conceito "pós-independência" se dá como uma marcação temporal, além de ser uma categoria analítica para entender as dinâmicas sociais e políticas após o fim do colonialismo em Angola e Moçambique. Este período, marcado por continuidades e desafios, permite uma análise crítica de como os projetos de construção nacional e as narrativas oficiais frequentemente negligenciam a participação das mulheres. O foco no pós-independência possibilita evidenciar as ações de ativistas e movimentos feministas na busca por representação e na criação de novas formas de luta coletiva, redefinindo conceitos de liberdade e justiça em um contexto de desafios estruturais e apagamentos históricos.

⁶ THEML, Neide e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. *História comparada: olhares plurais*. Revista de História Comparada. Vol. 1, n. 1, jun. 2007.



memória e poder no Sul Global⁷. A coleta de dados se deu por meio de técnicas como entrevistas, grupos focais, observação participante e participação em atividades de formação, seminários, marchas, manifestações, etc.

A análise busca compreender como os diferentes marcadores sociais das diferenças e da identidade social (gênero, etnia, classe, território, etc.) se cruzam e se influenciam mutuamente, moldando as experiências e as possibilidades de ação das mulheres. A análise também identificou os silêncios e os apagamentos das lutas das mulheres nas narrativas oficiais sobre a história de Angola e Moçambique, dando passagem às vozes e às experiências das mulheres que foram historicamente marginalizadas pelo processo de colonização e de colonialidade.

Optamos pela história oral, de modo a coletar entrevistas gravadas com pessoas que acessaram suas vivências e memórias⁸ por que estiveram de alguma forma presentes em acontecimentos (do passado ou do presente), participando ativamente ou como testemunhas dos fatos. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, utilizando a metodologia da História Oral, com ativistas feministas, buscando coletar relatos orais e perspectivas pessoais sobre suas experiências e engajamentos políticos.

População, Legislação e Políticas Públicas para as mulheres

Angola e Moçambique são países localizados na África Austral, com populações majoritariamente jovens e femininas. Angola conta com 38,9 milhões de habitantes, e Moçambique com 34,6 milhões⁹, sendo 51% de mulheres na população, o que reforça a importância da equidade de gênero nas políticas de Estado. Ambos adotam sistemas unicamerais e possuem repúblicas presidencialistas, sendo que os dois países nunca

⁷ *Sul Global* é o termo que situa territórios localizados fora do eixo da América do Norte e Europa, e é marcado por uma história colonialismo e neocolonialismo (que mantém as desigualdades no acesso a recursos, condições e qualidade de vida). Esse termo é uma alternativa ao conceito de “globalização”, pois contesta a naturalização da homogeneização das culturas e das sociedades (Nour Dados e Raewyn Connell, 2012).

⁸ ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 155.

⁹ Instituto Nacional de Estatística de Angola. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Luanda: INE, 2016. Disponível em: <http://www.ine-ao.com/censo.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.



foram governados por mulheres, ainda que tenham uma importante representação de mulheres nos parlamentos.

As constituições reconhecem formalmente a igualdade de gênero, mas os mecanismos de participação efetiva têm limitações. Na atualidade o parlamento de Moçambique é composto por 43% de mulheres deputadas, enquanto Angola tem uma representação de 36%¹⁰. A persistente sub-representação feminina na política angolana é documentada por diversos estudos, que compilam dados de várias fontes¹¹. A análise histórica revela que, em 2008, a presença de mulheres era mínima, com apenas três ministras em 29, 36 deputadas em 220 e somente uma mulher no cargo de governadora provincial¹². Esse cenário de desigualdade se mantinha ainda em 2014, quando o país contava com apenas oito ministras em 41 pastas e duas governadoras provinciais¹³. Mesmo após as eleições de 2017, que traziam um discurso de maior equilíbrio, a prática revelou a continuidade da baixa representação, com 11 mulheres entre 30 ministros e, mais uma vez, apenas uma governadora¹⁴. Como observa Monteiro, a participação das mulheres na política em Angola sempre se demonstrou em números reduzidos ao longo dos anos¹⁵.

Por outro lado, o país realizou importantes avanços do ponto de vista político e legal para promover a igualdade de gênero e a emancipação das mulheres. No âmbito nacional, Angola elaborou e ratificou documentos internacionais para ampliar a cidadania das mulheres, destacando-se a Constituição da República, que em seu artigo

¹⁰ ZANGO. Mulheres no Parlamento: Avanços e Desafios. Disponível em: <https://zango.co.ao/index.php/2024/07/18/mulheres-no-congresso/>. Acesso em: 01 set. 2025.

¹¹ É importante ressaltar que esses dados, em relação ao Brasil, revelam a precária presença de mulheres no espaço parlamentar, ficando em 133º no ranking mundial.

¹² PEREIRA, Aline Afonso. *Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres*. In: 12ª ASSEMBLEIA GERAL - GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO, 2008, Yaoundé, p. 7-8 apud MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduated*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 153.

¹³ PAANE (Programa de Apoio aos Actores não Estatais). *Diagnóstico de género de Angola*, 2015, p. 20-21 apud MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduated*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 153.

¹⁴ DOMINGOS, Willi Cardoso. Vozes de mulheres: género e cidadania em Angola. *Revista Espacialidades*, v. 13, n. 1, 2018, p. 172 apud MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduated*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 153.

¹⁵ MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduated*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 154.



23º consagra o princípio da igualdade e, no artigo 52º, garante o direito à participação na vida pública e política¹⁶.

Além do respaldo constitucional, foram implementadas políticas específicas, como a Política Nacional para Igualdade e Equidade de Gênero de 2013 e a lei contra a violência doméstica (Lei nº 25/11), considerada outra grande conquista para a igualdade de gênero¹⁷. No plano internacional, Angola assumiu o compromisso com a causa ao se tornar signatária de diversos documentos voltados à promoção dos direitos e da emancipação das mulheres, como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (1979), a Plataforma de Ação de Beijing (1995) e o Protocolo da SADC sobre Gênero e Desenvolvimento¹⁸. A criação do Ministério da Família e Promoção da Mulher também representou uma conquista significativa na busca pela resolução dos problemas enfrentados por elas¹⁹.

Já em Moçambique, a elevada presença de mulheres no parlamento está relacionada, em grande parte, ao sistema de votação por lista fechada e bloqueada, o que favorece a aplicação de critérios de paridade ou equilíbrio de gênero nas candidaturas partidárias. Já em Angola, embora o sistema também seja proporcional, o avanço da representação das mulheres é atribuído à políticas de cotas, que garantem uma porcentagem mínima de mulheres nas listas eleitorais. Estudos em andamento têm se debruçado sobre a efetividade da representação política das mulheres na produção de políticas públicas nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, interrogando se a presença numérica se traduz em representação substantiva²⁰ e em

¹⁶ DOMINGOS, 2018 *apud* MONTEIRO, 2022, p. 155.

¹⁷ *Ibidem*, p. 155-156.

¹⁸ DOMINGOS, Willi Cardoso. Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola. *Revista Espacialidades*, v. 13, n. 1, 2018, p. 173 *apud* MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduados*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 156.

¹⁹ VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. *A situação da mulher em Angola*, 2001. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/valente.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019 *apud* MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduados*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 156.

²⁰ Moura (2014) avalia que as cotas de gênero em Angola promovem a presença das mulheres, contudo questiona se essa presença resulta em mudanças políticas substantivas, assim como em Moçambique Macome (2013) analisa a presença numérica de mulheres no parlamento sua real condição de influência na produção de políticas públicas.



avanços concretos para os direitos das mulheres nos contextos pós-coloniais africanos²¹.

Ambos os países contam com leis de combate à violência doméstica (Angola tem a já mencionada Lei 25/2011 e Moçambique a Lei 29/2009), mas a efetividade dessas leis varia conforme orçamento, recursos, capacitação de operadores/as de direito, promoção do acesso à justiça e monitoramento da sociedade civil. No campo agrário, as leis de terras em Moçambique (Lei 19/1997) são mais inclusivas ao reconhecerem explicitamente os direitos das mulheres rurais à terra. Em Angola, a legislação é menos protetiva, e frequentemente criticada por excluir as mulheres rurais da titularidade fundiária, especialmente nas comunidades tradicionais.

Quanto à legislação LGBTI+, ambos os países descriminalizaram a homossexualidade, mas não há leis protetivas específicas, o que aponta para avanços limitados e frágeis no campo da diversidade sexual.

Legislação para a igualdade de gênero - Angola e Moçambique (2024–2025)

Tópico	Angola	Moçambique
População total (2024)	38,9 milhões	34,6 milhões
Nº de mulheres	Cerca de 19,8 milhões (51%)	17,6 milhões (51%)
Sistema de governo	República presidencialista	República semipresidencialista
Estrutura legislativa	Unicameral	Unicameral
Nº de parlamentares	220 deputados/as	250 deputados/as
% de mulheres no parlamento	36%	43%
Leis de participação política	Leis de cotas e paridade (não obrigatórias)	Constituição garante igualdade (cotas não obrigatórias)
Leis de combate à violência doméstica	Lei nº 25/2011 - Lei contra a Violência Doméstica	Lei nº 29/2009 - Lei contra a Violência Doméstica
Lei de terras	Reconhece a posse, criticada por excluir mulheres rurais	Lei 19/97 garante igualdade de acesso à terra
Outras leis para mulheres	Decreto nº 273/24 cria Observatório de Gênero	Lei da Família (10/2004), políticas de igualdade de gênero
% da população rural	36,6%	58,4%
Legislação LGBTQIA+	Descriminalização em 2021; sem proteção específica	Descriminalização em 2015; sem proteção específica

Elaboração: autores (as) a partir de pesquisa documental e legislativa.

²¹ TRIPP, Aili Mari, CASIMIRO, Isabel, KWESIGA, Joy, MUNGWA, Alice. *African Women's Movements: Transforming Political Landscapes*. Cambridge University Press, 2006.



Na ocupação do território, Moçambique tem 58% da população em áreas rurais²², onde a pobreza e a exclusão social são mais acentuadas, especialmente para as mulheres. Angola, com 36% de população rural²³, apresenta um grau de urbanização maior, mas isso não implica melhores condições sociais, dada a informalidade e as desigualdades urbanas.

Em ambos os países, as mulheres ocupam majoritariamente o setor informal, com pouco acesso ao mercado formal e aos direitos trabalhistas. A crise econômica de Angola a partir de 2014 evidenciou o papel central das mulheres na manutenção das famílias e redes comunitárias, com destaque para o empreendedorismo informal. A pandemia da Covid-19 comprovou o quanto as redes de solidariedade entre mulheres peri-urbanas²⁴ se organizam para manter as condições mínimas de existência.

A evidência da necessidade de mais políticas públicas específicas é inegável, especialmente ao se considerar a distribuição geográfica da vulnerabilidade feminina em Angola, como aponta Cecília Kitombe (2017):

As mulheres em situação de vulnerabilidade estão distribuídas por todas as províncias e municípios. É a partir desse contexto geográfico que se manifesta a demanda, uma vez que é nesse espaço que se encontram as mulheres zungueiras²⁵, camponesas e outras que desempenham suas atividades²⁶.

Essa realidade demanda uma abordagem direcionada que reconheça as particularidades e desafios enfrentados por essas mulheres em suas diversas localidades.

Em ambos os contextos as legislações de combate à violência doméstica - Lei 25/11 em Angola e Lei 29/2009 em Moçambique - representam avanços institucionais

²² Instituto Nacional de Estatística de Moçambique. *Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique: Censo 2017*. Maputo: INE, 2024. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

²³ Instituto Nacional de Estatística de Angola. *Resultados Definitivos do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola 2014*. Luanda: INE, 2016. Disponível em: <http://www.ine-ao.com/censo.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.

²⁴ São regiões transfronteiriças entre espaços urbanos e rurais.

²⁵ Zungueira equivale a atividades de mulheres ambulantes no Brasil.

²⁶ KITOMBE, Cecília. *O Retrocesso na Luta pela Justiça de Género na Nomeação do Novo Executivo e na Formação da Nova Legislação*. 2017. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2017/10/3/77o6khjrx7o8xey06whvkc15898ird>. Acesso em: 2 fev. 2021 apud MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduados*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 154.



importantes. Contudo, suas trajetórias revelam diferenças significativas: enquanto a lei moçambicana foi fruto de intensa pressão da sociedade civil, articulada pelo Fórum Mulher e pela WLSA, a lei angolana foi conduzida mais verticalmente pelo Executivo, com menor participação das organizações feministas.²⁷ Essa distinção ilustra formas distintas de construção da agenda de gênero em cada país, conforme veremos a seguir.

O papel das organizações feministas no pós-independência

Em Angola, destaca-se o papel da Organização da Mulher Angolana (OMA), fundada em 1962, permanece como principal organização histórica, ligada ao Movimento Pela Libertação de Angola (MPLA) e consequentemente ao Estado, ao mesmo tempo que é um espaço de reivindicação por direitos. Atuou com destaque na alfabetização e mobilização feminina durante o período socialista. Na atualidade, as organizações feministas autônomas, como a Rede Mulher Angola, a Plataforma Mulheres em Ação e a Ondjango Feminista têm enfrentado dificuldades para consolidar agendas críticas, dado o forte controle estatal e a fragilidade da sociedade civil²⁸.

Em Moçambique a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) articulou a participação política e construção de políticas públicas voltadas às mulheres, especialmente no contexto da transição pós-guerra civil. Criada em 1973, foi essencial na institucionalização da pauta feminina no período revolucionário, embora também subordinada ao partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)²⁹. Posteriormente foram criados espaços autônomos e articuladores, como o Fórum Mulher (1990) e a organização Mulher e Leia na África Austral (WLSA Moçambique),

²⁷ Para a análise sobre a pressão da sociedade civil em Moçambique, ver: GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhonha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019. Para a análise sobre a condução da lei em Angola, ver: MOURA, Elvina. A participação política das mulheres em Angola: conquistas e desafios. In: AZEVEDO-HARMAN, Élisia (org.). *Mulheres em Angola: entre o público e o privado*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2014.

²⁸ DIAS, Helenice Moreira. *Outras faces do mesmo conflito: mulheres angolanas e suas frentes de combate*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. Local: São Paulo - SP - Brasil..

²⁹ CASIMIRO, Isabel Maria. *Paz na Terra, Guerra em Casa: Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique*. Série Brasil & África - Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE:2014.



que atuam com princípios feministas, produção de conhecimento e *advocacy* junto ao Estado. Isso contribuiu para a incorporação de pautas feministas mais diversas em termos de redistribuição, reconhecimento e participação política³⁰ na agenda nacional. Em ambos os países, movimentos autônomos, como o Ondjango Feminista e o Fórum Mulher, passaram a tensionar os limites da representação estatal e produzir novas formas de ação coletiva.

Na tabela a seguir é possível observar o período e as organizações de mulheres que surgiram durante a luta e no pós-independência em Angola e Moçambique:

Tópico	Angola	Moçambique
Organizações históricas	OMA – Organização da Mulher Angolana (desde 1962, ligada ao MPLA)	OMM – Organização da Mulher Moçambicana (desde 1973, ligada à FRELIMO)
Organizações feministas autônomas	Rede Mulher Angola; Plataforma Mulheres em Acção, Ondjango Feminista	Fórum Mulher (desde 1993); WLSA Moçambique
Foco de atuação	Emancipação política, combate à violência de gênero, direitos reprodutivos, acesso à terra	Igualdade de gênero, justiça econômica, combate à violência, empoderamento rural e urbano
Participação internacional	Redes regionais (PALOP, União Africana) e fóruns da ONU	Marcha Mundial das Mulheres, SADC Gender Protocol, ONU Mulheres

Elaboração: as autoras.

Tanto a OMA, em Angola, quanto a OMM, em Moçambique, foram estruturadas como organizações de massa para apoiar os movimentos de libertação. Posteriormente, no período pós-independência, atuaram como instrumentos de mobilização feminina dos partidos que assumiram o poder. No entanto, enquanto a OMA permaneceu fortemente vinculada ao MPLA até os anos 2000, a OMM, a partir

³⁰ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição para o reconhecimento da representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-304, maio-ago. 2007. Disponível: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002>. Acesso em: 9 nov. 2013.



dos anos 1990, enfrentou maior pressão da sociedade civil, quando a abertura política favoreceu a criação de redes feministas autônomas como o Fórum Mulher. Essa diferença expressa modos distintos de reconfiguração da relação entre partido e movimentos de mulheres no processo de democratização³¹.

Em Angola conversamos com a ativista da Ondjango Feminista, Maria Luísa Garcia (Tchenguita), em 2024. Já em Moçambique entrevistamos em duas oportunidades a Coordenadora Executiva do Fórum Mulher, Nzira de Deus (2017, 2022). a escolha das entrevistadas, ambas lideranças nos movimentos de mulheres e feministas em seus respectivos países, com atuações junto ao Estado por políticas públicas para a igualdade de gênero, além de seus olhares críticos sobre os processos históricos e políticos em seus territórios. As entrevistas foram transcritas e analisadas à luz do referencial teórico adotado.

Além das entrevistas, foram utilizadas fontes diversas, como documentos oficiais dos governos de Angola e Moçambique, legislações relacionadas aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, relatórios de organizações da sociedade civil e de agências internacionais, e publicações de organizações de mulheres, como a OMA, OMM, Ondjango e o Fórum Mulher. A análise desses documentos permitiu contextualizar a situação política e social dos dois países, bem como identificar as políticas públicas voltadas para as mulheres e os avanços e desafios na sua implementação.

Angola: Mulheres na Travessia da Guerra e da Reconstrução

A trajetória da mulher angolana ao longo das quatro décadas de independência é marcada por intensas contradições entre discurso e realidade, promessas institucionais e condições materiais. Desde a proclamação da independência, em 1975, pelo MPLA, a igualdade de gênero foi incluída como pilar da nova nação. Agostinho Neto afirmou, na noite da independência, que a República Popular de

³¹ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.



Angola se comprometeria com a emancipação da mulher como parte da luta de libertação e reconstrução do país (MI, 1975)³². Conforme destaca Liberato (2016, p. 997), o discurso oficial, liderado por Agostinho Neto, estabeleceu que a nova República Popular de Angola, sob a orientação do MPLA³³, teria como pilar a emancipação da mulher, reconhecendo sua participação na luta de libertação como um direito conquistado. Essa promessa fundadora, no entanto, seria constantemente tensionada pela realidade social e política das décadas seguintes.

Para Nzira de Deus, as tradições opressoras trazidas pelo colonialismo e impactos nas relações de gênero deixaram marcas profundas nas sociedades africanas, o que repercute também na angolana:

(...)o ensinamento deixado pelo colonialismo era que a mulher pertencia ao pai e depois de casada passaria a pertencer ao esposo e esse ensinamento passou a fazer parte também como um dos aspetos culturais da sociedade angolana, desse jeito a mulher não tinha direitos quaisquer."³⁴

No período imediatamente pós-independência, o envolvimento das mulheres na luta armada foi reconhecido e institucionalizado, sobretudo por meio da Organização da Mulher Angolana (OMA), o braço feminino do MPLA. As mulheres ocuparam funções diversas, como guerrilheiras, enfermeiras, professoras e comissárias políticas³⁵. A OMA teve um papel central na alfabetização de mais de 297 mil mulheres até meados da década de 1980, buscando engajá-las na construção da “nova Angola” socialista³⁶.

Contudo, a longa guerra civil (1975–2002) alterou profundamente o cenário. Este conflito é apontado por Liberato (2016) como o maior desafio do período, pois a partida dos homens para o serviço militar obrigatório forçou as mulheres a assumirem

³² MINISTÉRIO DA INFORMAÇÃO DE ANGOLA (MI). [Discurso de Proclamação da Independência]. 1975 apud LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência: uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, set./dez. 2016.

³³ DIAS, Helenice Moreira. Outras faces do mesmo conflito: mulheres angolanas e suas frentes de combate. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. Local: São Paulo - SP - Brasil. ISBN: 978-85-98711-08-9, 2011.

³⁴ DEUS, Nzira de. Entrevista concedida a Vera Gasparetto. Maputo, Moçambique, 13 jan. 2017.

³⁵ HOLNESS, Marga. Angolan Women's Congress. *African Political Economy*, 1983; URDANG, Stephanie. Women in National Liberation. In: HAY, M.; STICHTER, S. (org.). *African Women South of the Sahara*. 1984.

³⁶ OMA - Organização da Mulher Angolana. *Angolan Women Building the Future*. Luanda: OMA/Zed Books, 1984; SANTOS, 2000.



a subsistência familiar³⁷. Aliado a isso, o baixo nível de escolaridade e a ausência de um setor industrial inclusivo mantiveram a força de trabalho feminina concentrada em atividades informais, tanto rurais quanto urbanas. Esse contexto de precarização foi decisivo para a acentuação da feminização da pobreza no país.³⁸

Com o fim da guerra em 2002, seguiu-se um período de euforia e esperança impulsionado pelo crescimento econômico - sobretudo da indústria petrolífera, que representava até 98% das exportações nacionais³⁹. A queda da taxa oficial de pobreza, de 68% em 2001 para 36% em 2009, e o aumento da presença feminina em cargos políticos - como 36,82% dos assentos na Assembleia Nacional em 2012⁴⁰ - indicavam avanços rumo à equidade.

No entanto, estudos críticos apontam que esses dados otimistas não se confirmam no cotidiano da maioria das mulheres⁴¹. A realidade é marcada por altos níveis de pobreza, mortalidade infantil, exclusão educacional e informalidade laboral. A crise econômica de 2014 acentuou essa precariedade, fazendo recair sobre as mulheres, especialmente as funcionárias públicas e camponesas, o peso da sobrevivência familiar diante da retração do Estado e da informalidade massiva.

O setor informal emprega mais de 75% da população, sendo considerado um dos maiores do mundo⁴². A posição das mulheres, embora legalmente mais reconhecida, segue condicionada por estruturas patriarcais, desigualdade de acesso aos recursos e baixa presença nas pastas ministeriais estratégicas (economia, petróleo, defesa), as quais continuam sob domínio masculino⁴³.

³⁷ LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência: uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, set./dez. 2016, p. 1001.

³⁸ DUCADOS, Henda. Gênero, raça e classe. a feminização da pobreza: a estratificação do sector informal urbano de Luanda. In: *SIMPÓSIO O DESAFIO DA DIFERENÇA*, Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 9-12; UNCTAD. *Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? Uma perspectiva de género*. 2013.

³⁹ African Development Report, 2012. Disponível em: <https://www.afdb.org/pt/documents/document/45451>. Acesso em: 24 jun. 2025.

⁴⁰ Inter-Parliamentary Union. *Angola e Moçambique*. 2014. Disponível em: <https://ipu.org/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

⁴¹ LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência: uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, set./dez. 2016.

⁴² UNCTAD. *Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? Uma perspectiva de género*. 2013.

⁴³ WEF. *The Global Gender Gap Report*. World Economic Forum, 2015.



As mulheres angolanas, especialmente no meio rural, enfrentam um contexto de subalternidade estrutural, com “modos de vida precários, ferramentas obsoletas, agricultura de subsistência e exclusão letrada”⁴⁴. Mesmo com a criação de fóruns e programas de microcrédito voltados à mulher rural, a política de igualdade ainda é marcada por fragilidade institucional e baixa efetividade. Identifica-se, ainda, que fatores sociais dificultam a participação política das mulheres, assim como as desigualdades enfrentadas por aquelas das áreas rurais⁴⁵.

A análise sobre o período conclui que, apesar das conquistas formais e de maior visibilidade política, a condição real da mulher angolana permanece distante das promessas da independência⁴⁶ assim como da população angolana em geral.. A retórica da emancipação contrasta com o cotidiano de pobreza e exclusão. A luta das mulheres em Angola, assim como em Moçambique, é também uma luta por memória, justiça social e soberania popular. O conceito de emancipação é ocidental, mas os bakongo, por exemplo, não percebem o que isso quer dizer. A independência prometeu tudo aos angolanos e moçambicanos, de modo geral, e não cumpriu nada, igualmente de modo geral. Ou seja, a pobreza, a fome, a desigualdade, o desrespeito de direitos, etc, afeta as populações dos dois países de igual forma, independentemente do sexo. E há de se salientar ainda que se trate de sociedades conservadoras, onde a 1ª república as manteve muito fechada, que aceita com relutância o que vem de fora.

Trajetórias e Resistências em Angola

A trajetória de Maria Luísa Garcia (Tchenguita), ativista feminista angolana, revela dimensões fundamentais da participação das mulheres na história recente de Angola. Sua atuação política, iniciada ainda na juventude, articula engajamento partidário, mobilização comunitária e ação feminista em múltiplos níveis. A partir de sua entrevista, é possível acessar vivências e referências de mulheres angolanas que

⁴⁴ SILVA, Eugénio Alves da. Tradição e identidade de género em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 2011, p. 22.

⁴⁵ MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduated*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 151.

⁴⁶ LIBERATO, Ermelinda. *Op. cit.* 2016.



escapam às narrativas oficiais sobre o pós-independência, evidenciando os desafios enfrentados por elas para garantir não apenas sua presença, mas também sua escuta e reconhecimento nos espaços de poder⁴⁷.

A experiência de Tchenguita se inscreve em um contexto mais amplo de ativismo feminista angolano. Organizações como a OMA (Organização da Mulher Angolana) tiveram papel central na mobilização de mulheres desde o período da luta armada, mas enfrentaram, no pós-independência, os limites impostos por sua vinculação ao partido-Estado. Essas organizações atuam de forma alinhada às estruturas partidárias do país; a OMA funciona como a organização feminina do partido MPLA e, de forma análoga, a Liga da Mulher Angolana (LIMA) está vinculada ao partido UNITA. Ambas as entidades são responsáveis por desenvolver programas de formação que visam o engajamento e a capacitação feminina dentro de suas respectivas esferas políticas⁴⁸. Observamos que recentemente, movimentos autônomos como o Ondjango Feminista e a Rede Mulher Angola têm tensionado as fronteiras da participação política tradicional, com abordagens diferenciadas no modo de fazer política, que envolvem escuta, afeto e crítica anticolonial.

A OMA e a LIMA operam como organizações de massa vinculadas aos seus respectivos movimentos/partidos. No período da Primeira República, e até 2002, a OMA desempenhou um papel central como braço do Estado para as questões de mulheres. Contudo, sua atuação não se alinhava com os princípios do feminismo ou com a luta pela igualdade de gênero, focando principalmente na resolução de problemas sociais que as afetavam. O surgimento de outras organizações feministas é um fenômeno recente e ainda encontra pouca tolerância do Estado, que demonstra pouca familiaridade com a divisão de espaço e atenção com a sociedade civil.

Apesar dos avanços obtidos em termos de presença institucional e a produção legislativa voltada à igualdade de gênero, persistem desafios estruturais no cenário

⁴⁷ GARCIA, Maria Luísa. Entrevista concedida a Vera Gasparetto e Veronika Leyes. Angola, 11 mar. 2025. Acervo do LEGH/UFSC.

⁴⁸ PEREIRA, Aline Afonso. *Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres*. In: 12ª ASSEMBLEIA GERAL - GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO, 2008, Yaoundé apud MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduados*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 156.



político angolano. A representação das mulheres em cargos eletivos e nos altos escalões do governo, a fragilidade das políticas públicas com recorte de gênero e a permanência de práticas patriarcais nos espaços de decisão revelam os limites da transformação institucional. A produção de novas narrativas feministas em Angola, portanto, emerge não apenas como denúncia, mas como estratégia de resistência frente às violências simbólicas e materiais do pós-colonialismo.

Ondjango, feminismo e desafios da participação política

O surgimento do Ondjango Feminista em Angola marca uma virada importante na organização política de mulheres no país. Como relata Maria Luísa Garcia, conhecida como Tchenguita, a criação do coletivo foi fruto de articulações que migraram do ambiente digital para o presencial, em um contexto de emergência do feminismo angolano:

Começaram a nascer movimentos sociais... começou muito essa discussão sobre o feminismo africano, feminismo angolano, mas online, com o advento do Facebook, e daí em diante fui fazendo parte de conversas que saíram do online para o presencial, até que se criou o primeiro coletivo feminista do país, que é o Ondjango Feminista⁴⁹.

A partir de experiências vividas em sua província natal, Huíla, e depois em Luanda, Tchenguita passou a integrar o coletivo, articulando saberes acadêmicos e vivências cotidianas no ativismo de base.

O Ondjango, cujo nome remete a espaços tradicionais de debate nas comunidades, ressignificado pelas feministas, tornou-se um espaço de resistência ao modelo patriarcal de política institucional. As críticas ao sistema partidário e à representatividade limitada das mulheres ganham força em sua fala, especialmente ao narrar sua experiência como candidata a deputada independente nas eleições de 2022. Ainda que o pleito tenha sido considerado histórico, com maior presença da sociedade civil, Tchenguita destaca os obstáculos estruturais para a participação autônoma de mulheres feministas no parlamento e a persistente dissociação entre

⁴⁹ GARCIA, Maria Luísa. Entrevista concedida a Vera Gasparetto e Veronika Leyes. Angola, 11 mar. 2025. Acervo do LEGH/UFSC.



ocupação de cargos e políticas públicas voltadas às mulheres. “Nós temos muitas mulheres agora em posições estratégicas no país [...], mas não existem, de facto, discussões estratégicas sobre políticas públicas ligadas às mulheres”⁵⁰, afirma, ao criticar a desarticulação entre presença institucional e efetivação de direitos.

A atuação do Ondjango Feminista, assim como de outras iniciativas autônomas, representa não apenas uma resposta ao silenciamento histórico das mulheres na política angolana, mas também uma tentativa de criar novas linguagens e práticas de poder. Por meio da ancestralidade, da escuta coletiva e da crítica anticolonial, o movimento aponta caminhos para a reinvenção da luta feminista no país.

Memória histórica, apagamentos e resistência

A fala de Tchenguita também resgata a memória de mulheres que marcaram a história política e militar de Angola, mas que permanecem ausentes nas narrativas oficiais. Ao mencionar figuras como Njinga, a Mbande, Diolinda Rodrigues e o Esquadrão Kami, ela evidencia uma linhagem de lideranças femininas que enfrentaram tanto o colonialismo quanto o patriarcado. “Nós, enquanto mulheres angolanas, temos um histórico político muito grande”⁵¹, afirma, ao destacar que a atuação das mulheres antecede a própria colonização. Ela relembra, por exemplo, a rainha Njinga, a Mbande⁵² era uma estrategista militar que enfrentou diretamente o imperialismo português - mas que, ainda assim, precisou “se vestir como homem” para ser reconhecida como líder, revelando as tensões entre gênero e poder⁵³.

Durante a luta anticolonial e a guerra civil, as mulheres estiveram presentes em batalhões e frentes de combate, como o Batalhão 89 da UNITA e o Esquadrão Kami do MPLA. No entanto, ao fim dos conflitos, muitas foram abandonadas, silenciadas ou sequer reconhecidas. “Enquanto os homens foram condecorados, elas foram praticamente

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ GARCIA, Maria Luísa. Entrevista concedida a Vera Gasparetto. Angola, 11 mar. 2025. Acervo do LEGH/UFSC.

⁵² Njinga, a Mbande (1582-1663) é destaque para a história de resistência em Angola no século XVII, considerada o maior símbolo da resistência africana à colonização, pois enfrentou os portugueses no território angolano (URNM, s.d).

⁵³ *Ibidem*.



*abandonadas*⁵⁴, diz Tchenguita, reforçando a crítica ao apagamento sistemático da contribuição feminina. Ela também denuncia o fato de que mulheres que se candidataram à presidência ou ocuparam postos relevantes na história política angolana são pouco lembradas, como o caso de uma candidata à presidência nas eleições de 1992 cujo nome sequer é registrado com clareza nos arquivos históricos.

A ausência de políticas públicas específicas para mulheres, mesmo diante do aumento da representatividade institucional, também é apontada como parte desse processo de exclusão estrutural. Tchenguita menciona, por exemplo, o desmonte de orçamentos públicos voltados à violência de gênero e a precariedade dos serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência sexual. Para ela, a presença de mulheres no parlamento ou em ministérios não se traduz, necessariamente, em avanços concretos para os direitos das mulheres, evidenciando o abismo entre representação simbólica e políticas efetivas⁵⁵.

Moçambique: Colonialismo, Pós-independência e Neocolonialismo

A partir das observações das atividades da pesquisa de campo, evidencia-se o impacto do colonialismo e do neoliberalismo sobre a vida das mulheres moçambicanas, destacando formas de resistência cotidiana - nos mercados, nos espaços comunitários, nas famílias e nos quintais - onde recriam formas de estar e existir que desafiam tanto o patriarcado tradicional quanto o institucional. A resistência das mulheres se materializa em práticas de sobrevivência, solidariedade e organização, pois seus papéis são historicamente centrais nos mercados e nas comunidades, apesar da ausência do Estado. Suas lutas constroem alternativas, questionam tradições opressoras e reivindicam políticas públicas justas.

A trajetória recente de Moçambique é marcada pela persistência de estruturas coloniais e neocoloniais que moldaram o país mesmo após a independência, conquistada em 1975. Inserido na região da África Austral, Moçambique viveu sob a dominação portuguesa por cerca de cinco séculos, com uma história de exploração

⁵⁴ *Ibidem.*

⁵⁵ *Ibidem.*



econômica, repressão cultural e violência racial. A Conferência de Berlim (1884-1885) consolidou a divisão arbitrária dos territórios africanos, reforçando a dominação imperial⁵⁶ e, com ela, uma política de opressão que negava às pessoas africanas qualquer direito, especialmente o das mulheres, marginalizadas pela combinação entre patriarcado colonial e tradições locais⁵⁷.

Após a independência, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) assumiu o poder, conduzindo o Estado moçambicano pós-independência sob a orientação do socialismo marxista-leninista. No entanto, o projeto revolucionário logo se confrontou com contradições internas e pressões externas, que levaram a uma guerra civil de 16 anos entre a FRELIMO e a RENAMO (1976–1992), à crise econômica e à adesão, na década de 1990, aos Programas de Ajuste Estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵⁸. A liberalização econômica resultou em alta desigualdade, pobreza estrutural e concentração de riqueza, agravando desigualdades regionais, de gênero e classe, precarizando com grande impacto a vida das mulheres moçambicanas⁵⁹.

Do ponto de vista social, o país apresenta contrastes marcantes entre as zonas urbanas e rurais, ainda que 52% da população seja composta por mulheres⁶⁰. O trabalho delas, especialmente no setor informal e agrícola, sustenta os agregados familiares e ocupa lugar central na vida econômica e comunitária⁶¹. Ainda que a economia informal tenha forte presença das mulheres nas atividades de subsistência e

⁵⁶ LOPES, Nei e MACEDO, José R. *Dicionário de história da África-séculos VII a XVI*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017; NGOENHA, Severino E. E CASTIANO, José P. *Pensamento Engajado: ensaios sobre Filosofia Africana, Educação e Cultura Política*. Editora Educar: CEMEC/UP, 2011.

⁵⁷ OYÈWUMÍ, Oyèrónke. *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Editorial en la frontera: Bogotá - Colombia, 2017.

⁵⁸ MAÚNGUE, Hélio Bento. *A face feminina do HIV E SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique*. Dissertação de Mestrado PPGSP/UFSC, 2015; OSÓRIO, Conceição e SILVA, Teresa Cruz. *Corporações econômicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize*. WLSA Moçambique, 2017.

⁵⁹ GASPARETTO, Vera Fátima. *Corredor de Saberes: vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique*. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

⁶⁰ Instituto Nacional de Estatística. *Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique - censo 2017*. 2024. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/>. Acesso em: 24 mai. 2025.

⁶¹ LOFORTE, Ana. *Gênero e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa, Ela por Ela, 2003.



comércio nos mercados populares, essas atividades não têm reconhecimento institucional e político.

Soma-se a essa situação a falta de acesso a direitos básicos como educação, saúde, saneamento e transporte, o que evidencia a ausência de políticas públicas efetivas⁶². A juventude, que forma a grande maioria da população, é impactada por essas dinâmicas, especialmente mulheres e meninas que vivem um “estado de espera” (*waithood*)⁶³, com baixos índices de emprego formal e acesso desigual às oportunidades.

A diversidade cultural e linguística (com mais de 20 línguas Bantu reconhecidas) revela tanto a riqueza cultural quanto os desafios de um Estado que adota o português como única língua oficial, criando barreiras no acesso à educação, saúde e justiça⁶⁴. A diversidade etnolinguística é tanto um patrimônio quanto um campo de tensões, especialmente no contexto das desigualdades regionais entre o Norte, o Centro e o Sul do país.

A Constituição de 1990 marcou a transição para o multipartidarismo e garantiu formalmente direitos de igualdade de gênero, abrindo o espaço para lutas por legislações específicas para as mulheres, como a Lei Sobre a Violência Doméstica Praticada Contra a Mulher, Lei nº 29/2009, de 29 de Setembro (WLSA)⁶⁵. No entanto, como evidenciam diversos depoimentos, há uma disparidade entre os direitos legais e a realidade vivida por elas. A precariedade das condições materiais de existência⁶⁶

⁶² GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

⁶³ HONWANA, Alcinda. *O Tempo Da Juventude-Emprego, Política e Mudanças Sociais em África*. Kapingua Livros e Multimedia Ltda, 1ª ed., 2013.

⁶⁴ TIMBANE, Alexandre António. A relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - 14 - n. 1 - p. 119-139 - jan./abr. 2018.

⁶⁵ WLSA - Mulher e Lei na África Austral. Disponível em <https://www.wlsa.org.mz/leisnacionais/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

⁶⁶ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.



impacta diretamente suas trajetórias, tornando o espaço doméstico e a violência institucional dimensões interligadas da opressão⁶⁷.

Redes de Resistência e Feminismos em Moçambique

A atuação política das mulheres moçambicanas no período pós-independência incidiu sobre a reorganização social, política e simbólica do país após a independência. Através do resgate de memórias silenciadas, o texto revela as contradições entre a narrativa oficial da libertação e a vivência das mulheres, que enfrentaram não apenas o colonialismo, mas também o autoritarismo e a violência patriarcal no interior do próprio partido Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). As entrevistas, experiências vivenciadas e análise documental, evidenciam como as mulheres resistiram às violências de guerra e às contradições do Estado em reconstrução, tecendo redes de solidariedade e articulação feminista, estendida ao âmbito transnacional.

Fundada em 1973, a OMM emergiu como braço feminino da Frelimo, com o objetivo de mobilizar mulheres para a luta nacionalista e, posteriormente, para a reconstrução do país. Inicialmente voltada para a valorização da mulher enquanto mãe, trabalhadora e educadora, a OMM atuou na alfabetização, saúde e formação política das mulheres. Ainda que subordinada à lógica partidária, a OMM representou um dos primeiros espaços de organização coletiva feminina, possibilitando a entrada das mulheres na esfera pública.

Durante as décadas de 1980 e 1990, a OMM passou por importantes transformações, enfrentando críticas de setores feministas pela sua estrutura hierarquizada e pela dificuldade de representar a diversidade das mulheres moçambicanas. A abertura democrática e a inserção de Moçambique em redes

⁶⁷ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.



internacionais de direitos humanos e gênero provocaram um deslocamento nas formas de atuação, abrindo espaço para novas organizações e narrativas⁶⁸.

Emergência do Fórum Mulher e novas redes feministas

Nos anos 1990, com o pluralismo político e o aumento da cooperação internacional, surgiu o Fórum Mulher (FM), uma rede que articula diversas organizações da sociedade civil voltadas à promoção dos direitos das mulheres. Diferentemente da OMM, o Fórum Mulher se estrutura a partir de uma lógica horizontal, com foco na incidência política, na produção de conhecimento e na criação de agendas feministas autônomas. Essa rede tem sido fundamental na formulação de políticas públicas de gênero, na crítica às desigualdades estruturais e na valorização de narrativas locais⁶⁹.

O FM também se destaca pela capacidade de articular diferentes gerações e trajetórias de mulheres, promovendo formações, pesquisas e ações de base que fortalecem a cidadania ativa. A organização participa ativamente de processos como a elaboração da Lei contra a Violência Doméstica, a revisão da Lei de Terras, discussões sobre orçamento sensível ao gênero, denúncias de injustiças nos tribunais, capacitação política das lideranças e das organizações, além de projetos e gestão de recursos junto à cooperação internacional⁷⁰.

Verifica-se que a rede que se articula em torno do FM nasceu e se mantém em função da urgência de dar visibilidade e resposta à violência sofrida pelas mulheres no pós-guerra, quando os traumas masculinos da guerra civil se transmutaram em

⁶⁸ ROCHA, Júlia Tainá Monticeli. "A libertação da mulher é uma necessidade da revolução": da Organização da Mulher Angolana à Organização da Mulher Moçambicana (1961-1975). *Cadernos de África Contemporânea*, v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14332>. Acesso em: 23 maio 2025.

⁶⁹ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

⁷⁰ TRINDADE, Catarina. "Tem vida esta coisa!": construção e actualização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero em Moçambique. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Disponível: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1157500>. Acesso: 23 abr. 2025.



violência doméstica, informalidade e marginalização feminina⁷¹. A ativista Nzira de Deus descreve o impacto direto desses traumas como o estopim para a criação do movimento:

*"...eram traumas de guerra, os homens passavam aquele trauma de guerra, aquela frustração toda, aquele todo sofrimento que tiveram durante o período de 16 anos de conflito e voltavam das suas casas, não tinham emprego, não tinham orientação para as suas vidas e começavam a descarregar tudo aquilo em cima das mulheres"*⁷².

A percepção de que a paz não havia chegado aos lares foi o que impulsionou a mobilização, que levou à fundação do Fórum Mulher em 1993 como "a plataforma para articular os problemas que as mulheres estavam a enfrentar pós guerra e reflectir um pouco sobre a sociedade e o papel da mulher"⁷³. O Fórum articula, desde então, diferentes organizações locais e internacionais, com uma atuação pautada na justiça de gênero, na reconstrução do país e na crítica ao modelo neoliberal, profundamente excludente para a maioria da população⁷⁴.

Posteriormente, o FM passou por transformações geracionais e disputas teóricas, assumindo-se como "um movimento feminista". Este não foi um processo linear, mas um campo de profundos debates internos, impulsionado por uma geração mais jovem que sentia a necessidade de ir além da política formal para enfrentar as "questões estruturantes" das relações de poder. A proposta, no entanto, encontrou forte resistência, como relata Nzira de Deus:

*"E foi quando começamos a falar do feminismo, assim uma palavra que não era... [...] Foi em 2007 [...]. E foi um desafio muito grande porque na rede não havia consenso, foi preciso várias sessões de trabalho, de discussão [...] falando do feminismo [...] porque o feminismo era sinónimo de lesbianismo, de homossexual, então as pessoas tinham medo"*⁷⁵.

⁷¹ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhonha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

⁷² DEUS, Nzira de. Entrevista concedida à Vera F. Gasparetto. Maputo, Moçambique, 13 jan. 2017. Acervo do LEGH/UFSC.

⁷³ *Ibidem*.

⁷⁴ CASIMIRO, Isabel Maria. Paz na Terra, Guerra em Casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Série Brasil & África - Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 2014. LOFORTE, Ana. *Gênero e Poder - Entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa, Ela por Ela, 2003.

⁷⁵ DEUS, Nzira de. Op. cit. 2017.



Essa resistência vinha de um choque geracional, onde as mais jovens eram vistas como "meninas indisciplinadas, [que] querem trazer coisas novas"⁷⁶. A negociação desses conflitos foi fundamental para que a organização não se fragmentasse e pudesse, em 2008, assumir-se publicamente como um "movimento feminista, um movimento político", marco que redefiniu sua identidade e prática.

Os silenciamentos da história oficial foram operados por dinâmicas de idealização da FRELIMO enquanto movimento libertador. Essa visão vem sendo confrontada com pesquisas e narrativas que revelam a realidade de campos de reeducação, onde mulheres "inconvenientes" - trabalhadoras do sexo, dissidentes políticas, viúvas e inclusive ex-combatentes - foram aprisionadas, submetidas a abusos e violações, bem como apagadas das narrativas heroicas⁷⁷. Esses episódios revelam que, mesmo após a independência, o controle dos corpos femininos continuou sendo instrumentalizado pelo poder estatal, reforçando as desigualdades de gênero. Isso implicou o apagamento do direito à escuta das reivindicações, à reparação, à justiça redistributiva e ao reconhecimento de suas capacidades, incluindo a representação política efetiva⁷⁸.

Entrevistas com lideranças feministas de organizações da Rede Fórum Mulher, como Nzira de Deus, Rafa Machava, Angelina Lubrino, Graça Samó e Terezinha da Silva revelam a complexidade das lutas que desafiam práticas tradicionais opressoras como o lobolo⁷⁹, as uniões forçadas, e que disputam o direito à terra, ao crédito e a políticas públicas eficazes de combate às inúmeras formas de violência⁸⁰. A crítica a essas práticas parte da desconstrução do próprio conceito de "cultura",

⁷⁶ *Ibidem*.

⁷⁷ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

⁷⁸ *Ibidem*.

⁷⁹ *Lobolo* é a palavra local para designar "o preço da noiva", realizado através de um ritual no qual a família da noiva é recompensada economicamente pelo fato de a filha passar a compor a família do marido.

⁸⁰ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.



frequentemente mobilizado para justificar a subordinação feminina. Na visão de Nzira de Deus, a cultura não pode ser um argumento para a violação de direitos:

*Para nós a cultura é dinâmica [...], cultura que fere meu direito não pode ser cultura, cultura que me subjuga, que me discrimina, que só funciona para mim não pode ser cultura, não pode ser algo que eu aceite na minha sociedade [...]. É uma cultura machista e nós queremos e estamos a propor a mudança da cultura*⁸¹.

Essa perspectiva evidencia a luta por uma ressignificação cultural, onde práticas que servem aos "interesses dos homens, os interesses machistas"⁸² são questionadas e rejeitadas. As lideranças apontam que as lutas feministas contemporâneas em Moçambique articulam as dimensões do corpo, da terra e do território, desafiando as imposições das corporações transnacionais e a militarização dos espaços. A defesa do corpo-terra aparece como eixo ético-político das resistências, em oposição às dinâmicas globais de exploração.

Os movimentos de mulheres e feministas em Moçambique, capitaneados pelo Fórum Mulher, têm sido um espaço dinâmico de produção de novas epistemologias, atuando na formulação de políticas públicas, na revisão legal e na luta contra a violência de gênero, promovendo um feminismo enraizado nas realidades locais e sensível às intersecções entre gênero, raça, classe e colonialidade. Essa conexão é explicitada na fala de Nzira de Deus, que enxerga a luta feminista como inseparável da crítica ao colonialismo e às suas formas contemporâneas de exploração:

Se o colonialismo é um processo de exploração, de expansão, de imperialismo, vem associado ao capitalismo de retirada de recursos, e hoje vejo isso a acontecer também com as grandes companhias chegando cá a vir tirar riqueza ou explorar os nossos recursos, no fim do dia quem está sofrer nesse processo todo são as mulheres [...]. E na verdade a nossa luta também é anticolonialista"⁸³.

A análise de Nzira demonstra que o neocolonialismo "continua também perpetuando as mesmas coisas"⁸⁴, reforçando a necessidade de uma agenda feminista que seja, em sua essência, anticolonial e anticapitalista. Sua atuação também articula

⁸¹ DEUS, Nzira de. *Op. cit.* 2017.

⁸² *Ibidem.*

⁸³ DEUS, Nzira de. *Op. cit.* 2017.

⁸⁴ *Ibidem.*



saberes ancestrais, práticas comunitárias e uma ética feminista da escuta, da presença e da transformação social⁸⁵.

Ao costurar estratégias de resistência que misturam tradição e inovação, as mulheres desafiam as estruturas de poder, promovendo formas alternativas de organização social e resgatando memórias apagadas, como se viu na sua presença em manifestações contra fraudes eleitorais em 2024⁸⁶. A pesquisa reforça, assim, a importância de uma ética feminista que considere a memória, a escuta e a reparação como práticas políticas, valorizando as lutas por liberdade, dignidade e justiça em Moçambique.

Considerações: trajetórias e vozes, entre o silêncio e a resistência

Ao percorrer aspectos das trajetórias de luta e resistência das mulheres em Angola e Moçambique, este artigo evidencia o profundo abismo entre as promessas de emancipação, traçadas nos sonhos e lutas e a complexa realidade vivida ao longo de cinco décadas de independência. Embora partindo de contextos históricos semelhantes - com a criação de importantes leis para a igualdade de gênero, a importante presença de mulheres no espaço legislativo nacional -, seguiram caminhos diferentes no que se refere a criação de organizações de mulheres, nos caminhos da participação política e do ativismo feminista, moldadas pelas particularidades de cada contexto.

Angola possui avanços institucionais relevantes, especialmente no campo formal da representação política e em legislação, mas enfrenta um ambiente mais fechado para o ativismo autônomo e crítico, sobretudo fora das estruturas partidárias. Essa expansão da representação formal no parlamento e a produção legislativa sobre igualdade de gênero revelam um paradoxo, pelo fato de que não se converteram em políticas substantivas de transformação do cotidiano das mulheres. O surgimento do Ondjango Feminista e de outras iniciativas autônomas sinaliza, contudo, uma

⁸⁵ GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: *vavasati vatinhenha* (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.

⁸⁶ *Ibidem*.



“reexistência” que desafia o controle estatal e introduz novas linguagens políticas ancoradas na práxis feminista e na crítica anticolonial.

Em Moçambique, a abertura política dos anos 1990 favoreceu um maior dinamismo da sociedade civil autônoma, onde o Fórum Mulher se consolidou como um ator político central. A experiência moçambicana revela um movimento que enfrentou contradições internas, como o debate sobre a adoção do termo “feminismo”, e que articulou de forma explícita a luta de gênero às críticas ao neocolonialismo e ao capitalismo extrativista. A defesa do “corpo-terra” emerge como uma epistemologia própria, um eixo ético-político que conecta a violência de gênero à espoliação dos recursos naturais e à soberania nacional. Contudo, em termos legislativos, a significativa presença de mulheres no parlamento não tem garantido mudanças estruturais, revelando os limites da representação descritiva frente à necessidade de uma representação substantiva⁸⁷.

Apesar dessas diferenças, ambos os países enfrentam desafios comuns: a persistência da colonialidade nas instituições, a feminização da pobreza, a precarização do trabalho e os silêncios das narrativas oficiais sobre as contribuições das mulheres nas lutas de libertação e na reconstrução nacional. As histórias de vida de Tchenguita e Nzira de Deus demonstram que tais silêncios não significam ausência, mas estratégias de resistência que insistem em ocupar espaços de memória, política e cultura. Suas vozes são arquivos vivos das fraturas e das resiliências de seus países. Elas demonstram que a luta das mulheres é um elemento central para a compreensão dos limites e das possibilidades da própria liberdade no pós-independência.

A análise das histórias de vida de ativistas, ex-combatentes, intelectuais e lideranças comunitárias revela o entrelaçamento entre experiências pessoais e lutas coletivas. O reconhecimento dessas trajetórias permite compreender as múltiplas formas de resistência protagonizadas pelas mulheres moçambicanas - da militância política à atuação nos mercados informais, das denúncias de violência à reinvenção de saberes.

⁸⁷ MACOME, Euridice. Participação política das mulheres em Moçambique: entre a presença e a influência. In: CRUZ E SILVA, Teresa; PAULO, Margarida (orgs.). *Mulheres e Género em Moçambique*. Maputo: CIEDIMA, 2013.



Enquanto o Fórum Mulher atua a mais de três décadas e consolidou-se como um espaço de articulação nacional e internacional das agendas feministas em Moçambique, em Angola o Ondjango Feminista surge apenas recentemente, enfrentando maiores barreiras à institucionalização. Essa defasagem temporal evidencia as condições desiguais de fortalecimento da sociedade civil e da crítica feminista entre os dois contextos.

As vozes dessas lideranças, assim como as experiências coletivas das organizações de mulheres, reafirmam que a luta das mulheres em Angola e Moçambique é central para compreender os limites e possibilidades da liberdade no pós-independência. Ao evidenciar as tensões entre representação formal e participação substantiva, entre memória e esquecimento, entre promessas e realidades, este artigo contribui para o debate sobre os feminismos africanos como projetos políticos e epistêmicos de reexistência. Ao valorizar vozes femininas diversas e suas formas de resistência, este artigo contribui para uma reflexão crítica sobre os feminismos africanos e os processos de reconfiguração política no Sul Global.



Referências bibliográficas

- ADELINO, Isabel. A mulher e a política em Angola: entre o simbólico e o institucional. *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 33, 2017, [informar o intervalo de páginas].
- ADRA Angola. Lei contra violência doméstica. Disponível em: <https://adra-angola.org>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- ALBERTI, Verena. Ouvir contar: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANGOLA. Lei contra a Violência de Gênero (Lei n.º 25/11, de 14 de julho). Luanda: Diário da República, 2011.
- ANGONET. Lei de Terras Angola. Disponível em: <https://bibliotecaterra.angonet.org>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- CASIMIRO, Isabel Maria. Paz na Terra, Guerra em Casa - Feminismo e organizações de mulheres em Moçambique. Série Brasil & África - Coleção Pesquisas 1, Pernambuco, Editora da UFPE: 2014.
- DEUS, Nzira de. Entrevista concedida a Vera Gasparetto. Maputo, Moçambique, 13 jan. 2017.
- DIAS, Helenice Moreira. Outras faces do mesmo conflito: mulheres angolanas e suas frentes de combate. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. Local: São Paulo - SP - Brasil. ISBN: 978-85-98711-08-9, 2011.
- DOMINGOS, Willi Cardoso. Vozes de mulheres: gênero e cidadania em Angola. *Revista Espacialidades*, v. 13, n. 1, 14 out. 2018, p. 158-181. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17607>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- DUCADOS, Henda. Gênero, raça e classe: a feminização da pobreza: a estratificação do sector informal urbano de Luanda. In: *SIMPÓSIO O DESAFIO DA DIFERENÇA*, Salvador, 2000, p. 9-12.
- FES Moçambique. Leis e políticas de gênero. Disponível em: <https://library.fes.de>. Acesso em: 25 mai. 2025.
- FILA, Epifania Dinora Nunes; LOPES, Gisele Silveira Coelho. Empoderamento feminino angolano: o pensamento das mulheres em cargos de poder. In: *II CONGRESSO SUL CATARINENSE DE ADMINISTRAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR*, 2., 2018, Sul Catarinense. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/admcomex/article/viewFile/4482/4100>. Acesso em: 21 mai. 2025.
- GARCIA, Maria Luísa. Entrevista concedida a Vera Gasparetto e Veronika Lyes. Angola, 10 mar. 2025. Transcrição: Veronika Lyes.
- GASPARETTO, Vera Fátima. Corredor de Saberes: vavasati vatinhenha (mulheres heroínas) e redes de mulheres e feministas em Moçambique. Tese de Doutorado. Orientadora: Luzinete Simões Minella. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Florianópolis, 2019.
- GOVERNO DE ANGOLA. Observatório de Género. Disponível em: <https://governo.gov.ao>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- HOLNESS, Marga. Angolan Women's Congress. *African Political Economy*, 1983, n. 27-28, pp. 129-135. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/4005604>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- HONWANA, Alcinda. O Tempo Da Juventude-Emprego, Política e Mudanças Sociais em África. Kapicua Livros e Multimedia Ltda, 1ª ed., 2013.
- Instituto Nacional de Estatística. Instituto Nacional de Estatística de Angola. Recenseamento 2014. Disponível em: <http://www.ine-ao.com/censo.html>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- Instituto Nacional de Estatística. Atlas Sócio-Demográfico de Moçambique - censo 2017. 2024. Disponível em: <https://www.ine.gov.mz/>. Acesso em: 24 mai. 2025.
- INTER-PARLIAMENTARY UNION. Angola e Moçambique. Disponível em: <https://ipu.org/>. Acesso em: 24 mai. 2025.
- ISAACMAN, Bárbara e STHEPHEN, June. A mulher moçambicana no processo de libertação. Ed: Instituto Nacional do Livro e do Disco, ONU - Comissão Econômica para a África, Centro Africano de Pesquisas e de Formação para a Mulher e Fundação Ford. 1984.
- KITOMBE, Cecília. O Retrocesso na Luta pela Justiça de Gênero na Nomeação do Novo Executivo e na Formação da Nova Legislatura. 2017. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/ondjango/2017/10/3/7706khjrx7o8xey06whvkc15898ird>. Acesso em: 12 mai. 2025.
- LANDGOVERNANCE.ORG. Lei de Terras Moçambique. Disponível em:



- <https://www.landgovernance.org>. Acesso em: 13 mai. 2025.
- LIBERATO, Ermelinda. 40 anos de independência: uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 3, set./dez. 2016, p. 997–1012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dvxNhj7kZDj8LHy93PLrPXj/?lang=pt>. Acesso em: 23 maio 2025.
- LOFORTE, Ana. *Gênero e Poder – Entre os Tsonga de Moçambique*. Lisboa, Ela por Ela, 2003.
- LOPES, Nei e MACEDO, José R. *Dicionário de história da África-séculos VII a XVI*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- MACHEL, Samora. A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia de continuidade, condição de seu triunfo. In: I Conferência Nacional da Mulher Moçambicana, 1973. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/index>. Acesso 15 abr. 2025.
- MAÚNGUE, Hélio Bento. A face feminina do HIV E SIDA: um estudo sobre as experiências de mulheres infectadas pelo HIV na cidade de Maputo, Moçambique. Dissertação de Mestrado PPGSP/UFSC, 2015.
- MACOME, Eurídice. Participação política das mulheres em Moçambique: entre a presença e a influência. In: Cruz e Silva, Teresa; Paulo, Margarida (orgs.). *Mulheres e Gênero em Moçambique*. Maputo: CIEDIMA, 2013.
- MOURA, Elvina. A participação política das mulheres em Angola: conquistas e desafios. In: Azevedo-Harman, Élisia (org.). *Mulheres em Angola: entre o público e o privado*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2014.
- MONTEIRO, Cristiano José dos Santos. Mulheres na política em Angola. *Revista Textos Graduados*, v. 8, n. 1, jan. 2022, p. 151-158.
- NGOENHA, Severino E. E CASTIANO, José P. *Pensamento Engajado: ensaios sobre Filosofia Africana Educação e Cultura Política*. Editora Educar: CEMEC/UP, 2011.
- OMA – Organização da Mulher Angolana. *Angolan Women Building the Future*. Luanda: OMA/Zed Books, 1984.
- OBSERVATÓRIO DAS MULHERES. Moçambique – Indicadores de representação política. Disponível em: <https://www.observatoriomulheres.org>. Acesso em: 25 abr. 2025.
- ONDJANGO FEMINISTA. Quem Somos. Disponível em: <https://www.ondjangofeminista.com/>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- OSÓRIO, Conceição e SILVA, Teresa Cruz. *Corporações económicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize*. WLSA Moçambique, 2017.
- OYÈWÙMÍ, Oyèrónke. *La invención de las mujeres. Una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género*. Editorial en la frontera: Bogotá - Colombia, 2017.
- PAANE (Programa de Apoio aos Actores não Estatais). *Diagnóstico de género de Angola*. 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/8701/3/DGA%20PT%20Final%207.15.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- PARLAMENTO DE ANGOLA. Parlamento Angolano firma-se como sensível ao género. Disponível em: https://parlamento/Slider_30721 Acesso em: 17 jun. 2025.
- PEREIRA, Aline Afonso. *Contributo das angolanas para a construção de um espaço público de discussão em Angola: a força das organizações de mulheres*. In: 12ª ASSEMBLEIA GERAL - GOVERNAR O ESPAÇO PÚBLICO AFRICANO, Yaoundé, 2008.
- RFI. Angola tem 38,9 milhões de habitantes. 2024. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- ROCHA, Júlia Tainá Monticeli. “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução”: da Organização da Mulher Angolana à Organização da Mulher Moçambicana (1961-1975). *Cadernos de África Contemporânea*, v. 3, n. 5, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cac/article/view/14332>. Acesso em: 23 maio 2025.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes emancipatórias: nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos*. Curitiba: Editora Appris, 2012.
- SILVA, Eugénio Alves da. Tradição e identidade de género em Angola. *Revista Angolana de Sociologia*, 2011, n.º 8, pp. 21-34. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/20538>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- SILVA, Sílvia; SANCHES, Emília. Representação política das mulheres em Moçambique. In: MULLER, Florencia et al. (org.). *Gênero e poder na África*. Lisboa: Almedina, 2022, p. 231–250.
- THEML, Neide & BUSTAMENTE, Regina Maria da Cunha. *História comparada: olhares plurais*. Revista de História Comparada. Vol. 1, n. 1, jun. 2007.
- TELO, Florita Cuhanga António. *Angola: A trajetória das lutas pela cidadania e a educação em direitos humanos*. Dissertação (Mestrado em Ciências



- Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4373>. Acesso em: 22 mai. 2025.
- TELO, Florita Cuhanga António. O pensamento feminista africano e a carta dos princípios feministas para as feministas africanas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11, 2017, Florianópolis - SC.
- TIMBANE, Alexandre António. A relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo - 14 - n. 1 - p. 119-139 - jan./abr. 2018.
- TRINDADE, Catarina. "Tem vida esta coisa!" : construção e actualização do campo em torno dos direitos das mulheres e da igualdade de género em Moçambique. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2020. Disponível: <https://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/1157500>. Acesso: 23 abr. 2025
- UNIVERSIDADE RAINHA NJINGA A MBANDE. Njinga, a Mbande. Disponível em: <https://uninjingambande.ed.ao/historia-da-rainha/>. Acesso em: 28 jun. 2025.
- UNCTAD. Quem se beneficia com a liberalização do comércio em Angola? Uma perspectiva de género. 2013.
- UNICEF Angola. Dados demográficos e de género. Disponível em: <https://www.unicef.org/angola/>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- URDANG, Stephanie. Women in National Liberation. In: HAY, M.; STICHTER, S. (org.). African Women South of the Sahara. Noruega: Leiden University, 1984, p. 156-169. Disponível em: <https://www.africabib.org/afbib.htm>. Acesso em: 15 mai. 2025.
- VALENTE, Maria Idalina de Oliveira. A situação da mulher em Angola. 2001. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/valente.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2025.
- WEF. The Global Gender Gap Report. World Economic Forum, 2015.WLSA. Mulher e Lei na África Austral. Disponível em <https://www.wlsa.org.mz/leisnacionais/>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- ZANGO. Mulheres no Parlamento: Avanços e Desafios. Disponível em: <https://zango.co.ao/index.php/2024/07/18/mulheres-no-congresso/>. Acesso em: 15 set. 2025.



Women in Struggle: Voices and Resistance in Post-Independence Angola and Mozambique

Abstract: The article examines aspects of women's political participation in Angola and Mozambique in the post-independence context, drawing on documentary and legislative sources, interviews with feminist activists Maria Luísa Garcia (Tchenguita), from Angola, and Nzira de Deus, from Mozambique, as well as reflections derived from research on history and feminisms in both contexts. From a historical perspective, the study highlights women's forms of resistance, spaces of power, erasures, and achievements in the two countries. It brings together diverse sources—oral testimonies, institutional documents, and scholarly works—emphasizing both individual trajectories and collective processes of women's political organization. The article also discusses the role of organizations such as OMA, OMM, Ondjango Feminista, and Fórum Mulher in shaping gender equality policies and producing new narratives on participation, memory, and justice in these contexts. By analyzing the convergences and tensions between Angola and Mozambique, the study contributes to debates on African feminisms, struggles for representation, and the reconfiguration of the meanings of freedom from a Global South perspective.

Keywords: African feminisms; Angola; Mozambique; Post-independence; Political participation.

Recebido: julho/2025

Aprovado: novembro/2025.